



Governo quer aprovar reforma da Previdência Social até julho

Da Reportagem
DE BRASÍLIA

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse hoje (15) que o Governo quer a aprovação das reformas trabalhista e da Previdência ainda no primeiro semestre deste ano. Segundo o ministro, há força e articulação po-

líticas para dar encaminhamento aos projetos, já que cerca de 88% do Congresso hoje é base de sustentação do governo do presidente Michel Temer.

Para Padilha, em todas as democracias do mundo, a base dos governos se constrói com os aliados. "Governa-se com os aliados, todo mundo tem

sua participação nos encargos e na estrutura do governo, assim se constroem alianças no Brasil", afirmou, sobre a troca de indicação de cargos importantes por apoio no Congresso.

Na manhã de hoje, Padilha participou da abertura da reunião dos grupos de trabalho do

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho. As recomendações do conselho serão apresentadas ao presidente Michel Temer no dia 7 de março.

As propostas, de acordo com o ministro, são coincidentes com o rumos que o governo quer tomar. "O governo tem

uma determinada posição, quer desburocratizar e simplificar suas ações, o Conselho também quer, o governo quer avançar na questão educacional, o conselho também quer. Os conselheiros têm alta qualificação e seguramente trarão grandes contribuições aos projetos que o governo acalen-

ta", disse.

Criado em 2003, o Conselho tem o objetivo de assessorar o presidente da República e os demais órgãos do Poder Executivo na elaboração de políticas públicas, articulando as relações do governo com os setores da sociedade civil representados. (Folhpress)

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 16/02/2017

Aliados preparam mudanças em projeto da Previdência

Tucanos querem barrar regra da reforma que dificulta benefício assistencial a idosos e deficientes pobres

LAÍS ALEGRETTI
DE BRASÍLIA

Na semana em que a proposta de reforma da Previdência Social do governo Michel Temer começa a ser discutida no Congresso, parlamentares que integram a base aliada já articulam mudanças no texto original.

Integrantes do PSDB, os deputados Mara Gabrilli (SP) e Eduardo Barbosa (MG) são autores de uma emenda que acaba com as mudanças que o governo pretende fazer no benefício assistencial pago a idosos e pessoas com deficiência em situação de miserabilidade, o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Os deputados tucanos, que começaram a coletar apoio ainda em dezembro, conse-

guiram atingir na semana passada as 171 assinaturas necessárias para protocolar a emenda, o que planejam fazer nesta quinta-feira (16).

Devido à facilidade de encontrar parlamentares contrários às mudanças, Barbosa acredita que o governo não conseguirá promover as alterações no benefício.

"É muito difícil o governo emplacar essa proposta [do BPC]. Independentemente de partido político, observamos a avaliação de que isso é injusto. Estamos falando de miseráveis e vulneráveis."

O texto do governo prevê a desvinculação do benefício do salário mínimo e o aumento da idade mínima para receber o BPC, que passaria de 65 para 70 anos. A emenda retira as mudanças e man-

tém a regra atual.

"Esse benefício não é previdenciário, é de assistência social. Não são recursos de contribuição previdenciária, o Tesouro tem um orçamento específico para esse fim", disse o deputado.

Gabrilli critica a possibilidade de tornar o valor do benefício inferior ao mínimo.

"Se o país oferecesse o mínimo, como medicamento e cadeiras de rodas para os que precisam, tudo bem desvincular [o valor do benefício] e essas pessoas receberem menos. Mas isso não acontece", afirmou a deputada.

O líder do partido na Câmara, deputado Ricardo Tripoli (SP), disse que o assunto está sendo discutido internamente antes de a bancada se posicionar oficialmente.

Deputados vão ao Supremo contra a reforma

DE BRASÍLIA

Um grupo de 28 deputados federais da oposição foi ao Supremo contra a tramitação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da Previdência.

A ação visa suspender a tramitação da PEC até o julgamento final do mandato de segurança – ato contra ação que ofende o direito à vida e certo de uma pessoa.

Os parlamentares sustentam que a proposta foi enviada pelo Executivo à Câmara em 5 de dezembro sem que a proposta estivesse acompanhada de estudo atuarial prévio para atestar a necessidade de mudar a lei.

Outras duas ações no STF contestam a PEC. Foram apresentadas em formato de ADFP (arguição de descumprimento de preceito fundamental) – tipo de ação que questiona a constitucionalidade de um assunto.

Nesta quarta (15) a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) impetrou uma ADFP questionando a tramitação.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já se manifestou contra a outra ADFP, apresentada no fim do ano passado.

Quem perder prazo não vai sacar FGTS

A Caixa Econômica Federal informou que as regras para os saques de dinheiro de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) restringem as retiradas até o dia 31 de julho e que as pessoas que não conseguirem fazer as retiradas até o prazo limite não conseguirão fazer o saque em outra data. "A Medida Provisória é clara: para o pagamento simplificado nestas duas condições – pedido de demissão ou demissão por justa causa – o trabalhador tem que sacar o recurso até 31 de julho deste ano", disse Valter Nunes, diretor-executivo da Caixa.

Fonte: Jornal A Tribuna – 16/02/2017

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/02/2017

CAIXA DIVULGA CALENDÁRIO PARA SAQUE DE FGTS INATIVO



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/02/2017

Caixa divulga calendário de saques de contas do FGTS inativo

Da Reportagem
DE BRASÍLIA

A Caixa Econômica Federal divulgou, na manhã de ontem, o calendário de saques do FGTS inativo. Os pagamentos serão realizados entre março e julho. Beneficiários nascidos nos meses de janeiro e fevereiro poderão procurar as agências da Caixa de 10 de março a 9 de abril.

Quem nasceu em março, abril e maio vai sacar o dinheiro entre 10 de abril e 11 de maio. Trabalhadores nascidos nos meses de junho, julho e agosto vão receber entre os dias 12 de maio e 15 de junho; nascidos em setembro, outubro e no-

vembro, de 16 de junho a 13 de julho; e nascidos em dezembro, de 14 a 31 de julho.

A Caixa criou em seu site uma página especial e um serviço telefônico para tratar das contas inativas. O banco orienta os trabalhadores a acessar o endereço www.caixa.gov.br/contasinasivas ou ligar para 0800-726-2017, para que possam, de forma personalizada, saber valor, data e local mais convenientes para os saques. Os beneficiários também podem acessar o aplicativo FGTS para saber se têm saldo em contas inativas, mas é necessário lembrar que os saques só podem ser feitos em contas que fo-

CALENDÁRIO DE SAQUE DAS CONTAS INATIVAS DO FGTS	
ABERTURA DO CALENDÁRIO	TRABALHADORES NASCIDOS
10 de Março	Janeiro e Fevereiro
10 de Abril	Março, Abril e Maio
12 de Maio	Junho, Julho e Agosto
16 de Junho	Setembro, Outubro e Novembro
14 de Julho	Dezembro

ram desativadas até 31 de dezembro de 2015.

Para reforçar os atendimentos, a Caixa vai abrir as agências os primeiros sábados dos cronogramas mensais de pa-

gamento (com exceção de abril, mês que a data coincide com a Semana Santa). As datas serão 18 de fevereiro, 11 de março, 13 de maio, 17 de junho e 15 de julho.

Como sacar o FGTS inativo

Os beneficiários terão quatro opções para recebimento dos valores de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço: quem tem conta-corrente na Caixa poderá pedir o recebimento do crédito em conta, por meio do site das contas inativas. O saque também pode ser feito em caixas eletrônicos. Para valores de até R\$ 1.500, é possível sacar só com a senha do Cartão do Cidadão, mesmo que o beneficiário tenha perdido o documento. Para valores de até R\$ 3.000,

o saque pode ser feito com Cartão do Cidadão e a respectiva senha.

Os valores do FGTS inativo também podem ser retirados em agências lotéricas e correspondentes Caixa Aqui. Neste caso, o beneficiário vai precisar do Cartão do Cidadão, da respectiva senha e de um documento de identificação.

Há, ainda, a possibilidade de retirar o dinheiro diretamente nas agências bancárias. Os trabalhadores podem consultar o site da Caixa para maiores informações.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 15/02/2017

Avanço em reformas leva risco-país e dólar ao menor nível em dois anos

A avaliação de que o governo brasileiro vai aprovar as reformas necessárias para colocar as contas públicas de volta nos eixos, além da melhora do cenário da economia global, levou o dólar e o risco-país para o menor patamar desde meados de 2015. A moeda americana era cotada nesta quarta-feira (15) a R\$ 3,06, o menor valor desde junho de 2015. Já o CDS, que é uma espécie de seguro contra calotes do país, retornou ao nível de maio de 2015, quando o país, sob a gestão de Dilma Rousseff, ainda mantinha o selo de bom pagador concedido pelas agências de avaliação de risco. O fenômeno da queda do dólar não é apenas brasileiro (outros emergentes, como a Rússia e a África do Sul, também tiveram valorização de suas moedas), mas as mudanças na condução e na articulação política, com a posse de Michel Temer, também contribuíram para que o país fosse visto como menos arriscado pelos investidores. A posse de Temer como presidente e a aprovação de medidas de ajuste fiscal, como o teto de gastos públicos, deram a investidores a percepção de que o novo governo conta com apoio para aprovar outros projetos mais sensíveis à população (reformas da Previdência e trabalhista, por exemplo), mas capazes de reequilibrar as contas do governo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 16/02/2017

Doria prevê fundo para usar dinheiro das privatizações em novas obras

O plano de desestatização do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), prevê que o dinheiro arrecadado deverá obrigatoriamente ser utilizado em novas obras. De acordo com o projeto, a ser enviado em março para a Câmara Municipal, os recursos obtidos com as concessões e privatizações não serão alocados na caixa comum da prefeitura para evitar que sejam utilizados no custeio da máquina – como salários, aquisição de bens de consumo e manutenção de equipamentos públicos.

Fonte: Jornal A Tribuna – 16/02/2017